

Estado de Minas – 08/01/2013

Alerta nos reservatórios

Alerta nos reservatórios

Nível das represas de hidrelétricas em Minas atingiu, no mês passado, ponto abaixo do registrado em 2000, às vésperas da adoção do programa emergencial de racionamento no país

Publicação: 08/01/2013 04:00



Em Furnas, o volume armazenado estava em 12,35% em dezembro de 2012, menor do que os 19,06% apurados no mesmo mês de 2000

Zulmira Furbino e Sílvio Ribas

Os reservatórios de energia das usinas brasileiras estão em seu nível mais crítico dos últimos 10 anos, informou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na média, os reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por 70% da capacidade de armazenamento de energia do país, detinham 28,52% de volume útil em 2000, ano imediatamente anterior ao racionamento. Hoje contam com 28,86%, apenas 0,34 ponto percentual a mais. Nas principais usinas hidrelétricas localizadas em Minas Gerais, a situação era pior em dezembro do ano passado do que foi em dezembro de 2000.

Um retrato dessa situação pode ser colhido em Furnas - 1.216 megawatts (MW) -, onde o volume armazenado estava em 12,35% em dezembro de 2012, menor do que os 19,06% apurados no mesmo mês de 2000. Os dados do ONS também mostram que na hidrelétrica de Marimbondo (1.140 MW) o nível de água era de 21,61% em dezembro de 2000 e de 16,13% no mês passado. Na usina de Itumbiara, o volume de dezembro de 2012 era de 10,01% ante 22,45% em igual mês de 2000. Em São Simão, a capacidade armazenada era de 51,55% há 12 anos e agora é de 28,51%. Entre as principais hidrelétricas do estado, somente Emborcação e Nova Ponte estão em situação melhor na comparação entre os dois períodos.

Todas as usinas termelétricas do país - a gás, a óleo combustível, a óleo diesel e a carvão - estão ligadas desde dezembro e isso deveria garantir o nível de água nos reservatórios, mas não é o que vem ocorrendo. Para Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil, isso significa que a munição de que o país dispõe para enfrentar essa situação adversa já está sendo gasta. "Entramos em janeiro, mas o nível de água nos lagos das usinas está caindo apesar de as térmicas terem sido acionadas. A única região onde a água acumulada aumentou foi no Norte, que responde por apenas 5% da capacidade de armazenamento do Brasil."

A expectativa de um possível racionamento de energia já fez o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) do mercado livre de energia, voltado para os grandes consumidores, subir 60% da semana passada para cá, chegando a R\$ 554. "Essa alta tem a ver com a situação dos reservatórios. Risco de racionamento sempre tem, mas é claro que se chover a situação pode se regularizar", explica Walter Fróes, diretor da CMU Comercializadora de Energia. Ele reconhece, no entanto, que hoje o Brasil vive uma das piores situações hidrológicas para o mês de janeiro.

"As previsões de chuvas para janeiro apontam volume 30% menor que o considerado normal para o mês. Se considerar que as precipitações são ainda localizadas fora dos locais ideais para as principais bacias de rios, a geração hidrelétrica está ameaçada este ano", avalia Reginaldo Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). É provável que as térmicas fiquem acionadas todo o ano. Nesse sentido, ele aponta como preocupação ainda maior outro fator inesperado: dos 20 gigawatts (GW) de potência térmica que deveriam ser entregues em 2013, só 13 GW vingaram. Essa diferença representa as usinas contratadas em leilões de 2008 e não concluídas pelos empreendedores.

SINAL AMARELO Flávio Neiva, presidente da Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), também acredita que, caso as chuvas de janeiro não venham no nível considerado normal, os fornecedores serão forçados a "acender o sinal amarelo". Se o Sudeste apresentar volume nos reservatórios das usinas abaixo do normal, Neiva considera necessária a adoção pelo governo de medidas adicionais de segurança, como introdução de térmicas de geração ainda mais caras.

Ele lembra que o primeiro trimestre concentra as chuvas, o que pode até fazer as térmicas voltarem ao seu emprego mínimo a partir de abril, na melhor das hipóteses. "A sorte é que a economia não está crescendo ao ritmo de 4%, como apostava o Ministério da Fazenda. Se considerar que a demanda de eletricidade cresce a um ritmo uma vez e meia maior que o PIB, uma expansão maior nos deixaria às escuras", avalia Walter Fróes, presidente da comercializadora de energia CMU. Para o professor da Universidade de São Paulo (USP) Célio Bermann, mais do que o apagão clássico, o maior risco continua sendo a fragilidade das redes de transmissão do país, que carecem de investimentos e manutenção. "O que a presidente Dilma Rousseff chama de falha humana é o sucateamento de redes", sublinha.

Redução da conta ameaçada

Para Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil, se não chover, o governo deverá tentar ofertar mais energia para reduzir a dependência do sistema elétrico da chuva. Para isso, poderá acionar novamente a usina térmica de Uruguaiana, que depende do fornecimento de gás da Argentina e está parada há anos. Outra opção seria usar usinas térmicas emergenciais, como ocorreu no racionamento em 2001. O preço da medida foi pago pelo consumidor durante três anos. Do lado do consumo, a alternativa seria, em primeiro lugar, incentivar a população a consumir menos energia, racionalizando o uso do insumo. A outra saída seria o racionamento.

Outro consenso dos agentes é que o elevado custo da geração térmica, cinco vezes e meia ao da hidrelétrica, também deverá esvaziar a promessa do governo de reduzir o valor das contas de luz a partir de fevereiro, em 20,2% em média. Enquanto a indústria que compra energia no mercado livre já sente os efeitos da disparada alta da energia despachada, o mercado cativo dos consumidores residenciais perceberá no bolso ao longo do ano, à medida que as revisões tarifárias forem aprovadas. No caso de Brasília, o preço mais alto chegará em agosto.

Segundo Flávio Neiva, presidente da Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), o uso intensivo das usinas térmicas já conspirou com os planos da presidente. Nem mesmo a ajuda do Tesouro, estimada em até R\$ 7 bilhões para arcar com as diferenças das empresas que não aderiram ao plano de redução das tarifas, seria suficiente. O diretor executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), César de Barros Pinto, também não vê condições conjunturais para garantir a redução da conta de luz no patamar prometido, em razão do uso intensivo de uma energia mais cara, a térmica. (ZF/SR)

Racionamento branco é defendido

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) divulgou ontem estudo no qual defende redução voluntária no consumo de energia, o que é chamado por especialistas de racionamento branco. Segundo a entidade, a geração de energia termelétrica no sistema brasileiro deverá levar o Encargo de Serviços ao Sistema (ESS) a um novo recorde histórico: R\$ 929,2 milhões em dezembro.

"A Abrace entende que pode ser considerada a possibilidade de redução voluntária da demanda para diminuição do consumo, para reduzir os custos globais para todos os consumidores, como vem sendo estudado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)", informou, em nota.

Em outro comunicado ontem, a Abrace esclareceu que uma redução voluntária da demanda poderia ser avaliada no contexto de um Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) - custo da energia no mercado de curto prazo - alto. "A Abrace entende que, devido ao PLD elevado, empresas que estão comprando no mercado à vista podem avaliar a possibilidade de reduzir a demanda". "É preocupante o fato de não haver uma expansão da capacidade de reserva do sistema elétrico brasileiro proporcional ao seu crescimento", disse o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa.

AÇÕES EM QUEDA A crescente perspectiva de racionamento de eletricidade em 2013 já provocou estragos extras na confiança de investidores do setor. A notícia de que a reunião dos órgãos responsáveis pela gestão do sistema, marcada para a tarde de amanhã no Ministério de Minas e Energia (MME), trataria exclusivamente dos riscos de desabastecimento, graças aos baixos níveis dos reservatórios das hidrelétricas combinados ao consumo elevado em dias de alta temperatura, derrubou ontem as ações das empresas.

O medo de racionamento ajudou a puxar para baixo a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), que fechou em queda de 0,94%. As ações preferenciais (PN) da Eletrobras recuaram 4,72% e as de Cesp e Cemig, 3,4% e 3,3%, respectivamente. O temor foi agravado com a informação de que a conta da geração termelétrica adicionada à das hidrelétricas para garantir a demanda já se aproxima de R\$ 1 bilhão por mês, já que o ESS de referência para dezembro deverá atingir R\$ 929,2 milhões.

Nível das represas de hidrelétricas em Minas atingiu, no mês passado, ponto abaixo do registrado em 2000, às vésperas da adoção do programa emergencial de racionamento no país.

Em Furnas, o volume armazenado estava em 12,35% em dezembro de 2012, menor do que os 19,06% apurados no mesmo mês de 2000

Zulmira Furbino e Sílvio Ribas

Os reservatórios de energia das usinas brasileiras estão em seu nível mais crítico dos últimos 10 anos, informou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na média, os reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por 70% da capacidade de armazenamento de energia do país, detinham 28,52% de volume útil em 2000, ano imediatamente anterior ao racionamento. Hoje contam com 28,86%, apenas 0,34 ponto percentual a mais. Nas principais usinas hidrelétricas localizadas em Minas Gerais, a situação era pior em dezembro do ano passado do que foi em dezembro de 2000.

Um retrato dessa situação pode ser colhido em Furnas - 1.216 megawatts (MW) -, onde o volume armazenado estava em 12,35% em dezembro de 2012, menor do que os 19,06% apurados no mesmo mês de 2000. Os dados do ONS também mostram que na hidrelétrica de Marimbondo (1.140 MW) o nível de água era de 21,61% em dezembro de 2000 e de 16,13% no mês passado. Na usina de

Itumbiara, o volume de dezembro de 2012 era de 10,01% ante 22,45% em igual mês de 2000. Em São Simão, a capacidade armazenada era de 51,55% há 12 anos e agora é de 28,51%. Entre as principais hidrelétricas do estado, somente Emborcação e Nova Ponte estão em situação melhor na comparação entre os dois períodos.

Todas as usinas termelétricas do país - a gás, a óleo combustível, a óleo diesel e a carvão - estão ligadas desde dezembro e isso deveria garantir o nível de água nos reservatórios, mas não é o que vem ocorrendo. Para **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, isso significa que a munição de que o país dispõe para enfrentar essa situação adversa já está sendo gasta. "Entramos em janeiro, mas o nível de água nos lagos das usinas está caindo apesar de as térmicas terem sido acionadas. A única região onde a água acumulada aumentou foi no Norte, que responde por apenas 5% da capacidade de armazenamento do Brasil."

A expectativa de um possível racionamento de energia já fez o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) do mercado livre de energia, voltado para os grandes consumidores, subir 60% da semana passada para cá, chegando a R\$ 554. "Essa alta tem a ver com a situação dos reservatórios. Risco de racionamento sempre tem, mas é claro que se chover a situação pode se regularizar", explica Walter Fróes, diretor da CMU Comercializadora de Energia. Ele reconhece, no entanto, que hoje o Brasil vive uma das piores situações hidrológicas para o mês de janeiro.

"As previsões de chuvas para janeiro apontam volume 30% menor que o considerado normal para o mês. Se considerar que as precipitações são ainda localizadas fora dos locais ideais para as principais bacias de rios, a geração hidrelétrica está ameaçada este ano", avalia Reginaldo Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). É provável que as térmicas fiquem acionadas todo o ano. Nesse sentido, ele aponta como preocupação ainda maior outro fator inesperado: dos 20 gigawatts (GW) de potência térmica que deveriam ser entregues em 2013, só 13 GW vingaram. Essa diferença representa as usinas contratadas em leilões de 2008 e não concluídas pelos empreendedores.

SINAL AMARELO Flávio Neiva, presidente da Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), também acredita que, caso as chuvas de janeiro não venham no nível considerado normal, os fornecedores serão forçados a "acender o sinal amarelo". Se o Sudeste apresentar volume nos reservatórios das usinas abaixo do normal, Neiva considera necessária a adoção pelo governo de medidas adicionais de segurança, como introdução de térmicas de geração ainda mais caras.

Ele lembra que o primeiro trimestre concentra as chuvas, o que pode até fazer as térmicas voltarem ao seu emprego mínimo a partir de abril, na melhor das hipóteses. "A sorte é que a economia não está crescendo ao ritmo de 4%, como apostava o Ministério da Fazenda. Se considerar que a demanda de eletricidade cresce a um ritmo uma vez e meia maior que o PIB, uma expansão maior nos deixaria às escuras", avalia Walter Fróes, presidente da comercializadora de energia CMU. Para o professor da Universidade de São Paulo (USP) Célio Bermann, mais do que o apagão clássico, o maior risco continua sendo a fragilidade das redes de transmissão do país, que carecem de investimentos e manutenção. "O que a

presidente Dilma Rousseff chama de falha humana é o sucateamento de redes", sublinha.

Redução da conta ameaçada

Para Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil, se não chover, o governo deverá tentar ofertar mais energia para reduzir a dependência do sistema elétrico da chuva. Para isso, poderá acionar novamente a usina térmica de Uruguaiana, que depende do fornecimento de gás da Argentina e está parada há anos. Outra opção seria usar usinas térmicas emergenciais, como ocorreu no racionamento em 2001. O preço da medida foi pago pelo consumidor durante três anos. Do lado do consumo, a alternativa seria, em primeiro lugar, incentivar a população a consumir menos energia, racionalizando o uso do insumo. A outra saída seria o racionamento.

Outro consenso dos agentes é que o elevado custo da geração térmica, cinco vezes e meia ao da hidrelétrica, também deverá esvaziar a promessa do governo de reduzir o valor das contas de luz a partir de fevereiro, em 20,2% em média. Enquanto a indústria que compra energia no mercado livre já sente os efeitos da disparada alta da energia despachada, o mercado cativo dos consumidores residenciais perceberá no bolso ao longo do ano, à medida que as revisões tarifárias forem aprovadas. No caso de Brasília, o preço mais alto chegará em agosto.

Segundo Flávio Neiva, presidente da Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), o uso intensivo das usinas térmicas já conspirou com os planos da presidente. Nem mesmo a ajuda do Tesouro, estimada em até R\$ 7 bilhões para arcar com as diferenças das empresas que não aderiram ao plano de redução das tarifas, seria suficiente. O diretor executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), César de Barros Pinto, também não vê condições conjunturais para garantir a redução da conta de luz no patamar prometido, em razão do uso intensivo de uma energia mais cara, a térmica. (ZF/SR)

Racionamento branco é defendido

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) divulgou ontem estudo no qual defende redução voluntária no consumo de energia, o que é chamado por especialistas de racionamento branco. Segundo a entidade, a geração de energia termelétrica no sistema brasileiro deverá levar o Encargo de Serviços ao Sistema (ESS) a um novo recorde histórico: R\$ 929,2 milhões em dezembro.

"A Abrace entende que pode ser considerada a possibilidade de redução voluntária da demanda para diminuição do consumo, para reduzir os custos globais para todos os consumidores, como vem sendo estudado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)", informou, em nota.

Em outro comunicado ontem, a Abrace esclareceu que uma redução voluntária da demanda poderia ser avaliada no contexto de um Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) - custo da energia no mercado de curto prazo - alto. "A Abrace entende que, devido ao PLD elevado, empresas que estão comprando no mercado à

vista podem avaliar a possibilidade de reduzir a demanda". "É preocupante o fato de não haver uma expansão da capacidade de reserva do sistema elétrico brasileiro proporcional ao seu crescimento", disse o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa.

AÇÕES EM QUEDA A crescente perspectiva de racionamento de eletricidade em 2013 já provocou estragos extras na confiança de investidores do setor. A notícia de que a reunião dos órgãos responsáveis pela gestão do sistema, marcada para a tarde de amanhã no Ministério de Minas e Energia (MME), trataria exclusivamente dos riscos de desabastecimento, graças aos baixos níveis dos reservatórios das hidrelétricas combinados ao consumo elevado em dias de alta temperatura, derrubou ontem as ações das empresas.

O medo de racionamento ajudou a puxar para baixo a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), que fechou em queda de 0,94%. As ações preferenciais (PN) da Eletrobras recuaram 4,72% e as de Cesp e Cemig, 3,4% e 3,3%, respectivamente. O temor foi agravado com a informação de que a conta da geração termelétrica adicionada à das hidrelétricas para garantir a demanda já se aproxima de R\$ 1 bilhão por mês, já que o ESS de referência para dezembro deverá atingir R\$ 929,2 milhões.